



ace resseguradora

ACE RESSEGUARDORA S.A.
CNPJ nº 10.808.462/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A ACE Resseguradora S.A. (ACE Resseguradora) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar como ressegurador local, por meio da Portaria SUSEP nº 3352 em 25 de Novembro de 2009. Durante o ano de 2011, a companhia obteve expansão da carteira chegando a um crescimento de 188% em relação ao ano anterior. Para o ano de 2012, a ACE Resseguradora buscará expansão em negócios facultativos atendendo as demandas de mercado utilizando sua "expertise" global. Os Administradores da Companhia declaram possuir capacidade financeira que viabilize as perspectivas de crescimento para o próximo ano. Bem como, declaram não haver nesse período qualquer título ou valor

mobiliário enquadrado na modalidade, "mantidos até o vencimento". Todos os títulos da ACE Resseguradora estão atualmente classificados como "disponíveis para venda". A Companhia, como parte de sua política de reinvestimentos dos lucros, pretende reinvestir o lucro líquido dos dividendos no próprio negócio. De acordo com o Estatuto Social da ACE Resseguradora, 5% do lucro auferido será aplicado antes de qualquer destinação para reserva legal, e 5% para pagamento de dividendo obrigatório. Adicionalmente vale destacar que até 31 de dezembro de 2011, não foi realizado nenhum acordo de acionistas da ACE Resseguradora, nem tampouco houve qualquer reformulação societária ou alteração da sua composição acionária.

A ACE Resseguradora contribuiu com a instituição Vivenda da Criança, entidade que proporciona para crianças e adolescentes o conforto e o amparo da moradia, além de refeições, reforço escolar e várias formas de lazer e outros benefícios, no bairro de Parelheiros, na periferia de São Paulo. Por fim, a ACE Resseguradora S.A. agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste semestre, bem como aos parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada. São Paulo, 27 de fevereiro de 2012

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO		
	2011	2010
Ativo		
Circulante	106.319	127.512
Disponível	308	76
Caixa e bancos	308	76
Aplicações	19.071	84.385
Custos das operações com seguros e resseguros	57.022	30.592
Operações com seguradoras	51.502	30.592
Operações com resseguradoras	5.520	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas	18.672	7.188
Títulos e créditos a receber	5.987	2.041
Títulos e créditos a receber	1.576	3
Créditos tributários e previdenciários	4.411	2.031
Outros créditos	-	7
Custos de aquisição diferidos	5.259	3.230
Resseguros	5.259	3.230
Não circulante	105.977	3.511
Realizável a longo prazo	105.871	3.489
Aplicações	104.152	2.741
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.370	585
Custos de aquisição diferidos	349	163
Resseguros	349	163
Imobilizado	106	22
Bens móveis	106	22
Total do ativo	212.296	131.023

Passivo e patrimônio líquido		
	2011	2010
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	105.309	47.359
Contas a pagar	3.792	5.306
Obrigações a pagar	667	99
Impostos e encargos sociais a recolher	77	74
Encargos trabalhistas	152	68
Impostos e contribuições	2.896	5.065
Débitos de operações com seguros e resseguros	28.213	19.002
Operações com resseguradoras	12.266	8.085
Corretores de seguros e resseguros	15.947	10.917
Depósitos de terceiros	105	110
Depósitos de terceiros	105	110
Provisões técnicas - resseguradoras	73.199	22.941
Não circulante	3.066	829
Contas a pagar	496	-
Tributos diferidos	496	-
Provisões técnicas - resseguradora	2.570	829
Patrimônio líquido	103.921	82.835
Capital social	76.030	61.813
Aumento de capital em aprovação	24.882	14.217
Reservas de lucros	2.264	6.881
Ajustes com títulos e valores mobiliários	745	(76)
Total do passivo e patrimônio líquido	212.296	131.023

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
	2011	2010
Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação		
Prêmios emitidos líquidos	164.539	57.098
Varição das provisões técnicas	(14.582)	(11.696)
Prêmios ganhos	149.957	45.402
Sinistros ocorridos	(73.819)	(12.073)
Custos de aquisição	(53.684)	(17.903)
Outras receitas e despesas operacionais	(5)	-
Resultado com retrocasso	(19.495)	(4.291)
Despesas administrativas	(4.193)	(1.448)
Despesas com tributos	(6.217)	(2.568)
Resultado financeiro	10.816	4.545
Receitas financeiras	10.884	10.884
Despesas financeiras	(68)	(116)
Resultado antes dos impostos e participações	3.360	12.064
Imposto de renda	(870)	(2.865)
Contribuição social	(536)	(1.733)
Participações sobre o resultado	(34)	-
Lucro líquido do exercício	1.920	7.466
Quantidade de ações	82.566.447	76.029.673
Lucro líquido por ação - R\$	0,02	0,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Aumento de capital em aprovação		Reservas		Ajustes com títulos e valores mobiliários	
	Capital social	Legal	Estatutária	Total	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2009	61.813	-	-	-	(585)	61.228
Aumento de capital	-	-	-	-	-	14.217
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(76)	(76)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.466	7.466
Proposta para distribuição do resultado	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	373	-	-	(373)	-
Reserva estatutária	-	-	6.508	-	(6.508)	-
Em 31 de dezembro de 2010	61.813	373	6.508	(76)	-	82.835
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP nº 1.182 de 27 de Janeiro de 2011	14.217	(14.217)	-	-	-	-
Retificação do aumento de capital conforme AGE de 23 de dezembro de 2011	-	6.537	(29)	(6.508)	-	-
Aumento de capital em aprovação conforme AGE de 28 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	18.345	18.345
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	821	821
Proposta para distribuição do resultado	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	96	-	-	(96)	-
Reserva estatutária	-	-	1.824	-	(1.824)	-
Em 31 de dezembro de 2011	76.030	24.882	440	1.824	-	103.921

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
	2011	2010
Em milhares de reais		
Lucro líquido do exercício	1.920	7.466
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários	1.242	(127)
Efeitos tributários sobre outros componentes do resultado abrangente	(497)	51
Total do resultado abrangente do exercício	2.665	7.390

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
	2011	2010
Em milhares de reais		
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro e outras	143.868	16.122
Recuperações de sinistros e comissões	21.513	-
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(93.280)	-
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(50.152)	(3.828)
Pagamentos de despesas e obrigações	(2.694)	(2.192)
Outros pagamentos operacionais	(779)	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	18.476	10.102
Impostos e contribuições pagos	(12.476)	(3.832)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(149.930)	(136.117)
Vendas e resgates de aplicações	125.908	53.888
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(18.022)	(75.959)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente		
Imobilizado	(90)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(90)	-
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	18.345	-
Recebimento de capital já integralizado	-	76.035
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	18.345	76.035
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	233	76
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76	76
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	308	76
Aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	(*)	(*)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A ACE Resseguradora S.A. ("Resseguradora" ou "Companhia") é uma controlada indireta da ACE Limited, grupo segurador e ressegurador internacional, por intermédio da ACE Participações Ltda., e da ACE INA International Holdings, Ltd., constituída em 16 de abril de 2009 e autorizada a operar como resseguradora local, por meio de Portaria SUSEP nº 3.352 de 25 de novembro de 2009. A emissão dessas demonstrações financeiras da Resseguradora foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de fevereiro de 2012.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As principais práticas contábeis adotadas pela Resseguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) associada com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, Resseguradoras locais, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória (MP) nº 449 de 4 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 28 de maio de 2009. As Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, tendo como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em 31 de agosto de 2011 foi emitida a Circular SUSEP 426, que embora tenha alterado a Circular SUSEP 424, emitida em 29 de abril de 2011, não causou mudanças significativas. A Circular SUSEP nº 424 que revogou a Circular SUSEP nº 379/2008 estabeleceu o novo plano de contas das Seguradoras e introduziu mudanças nas classificações de contas e nas demonstrações financeiras como a apresentação da recuperação com custos de apólices em linha específica "Recita com emissão de apólices" e também de um novo grupo, apartando os efeitos da operação de resseguros das demais linhas operacionais, demonstrado na linha "Resultado com resseguros". As informações de prêmios de resseguros são demonstradas em todas as linhas das demonstrações financeiras líquidas dos custos de aquisição. As provisões técnicas estão constituídas por duas de resseguros, sendo que os respectivos registros estão demonstrados na linha "Ativos de resseguros - provisões técnicas".

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentado em forma conjunta com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e, para fins de comparação foram reclassificadas. Essa reclassificação não gerou efeitos no resultado ou no patrimônio da Resseguradora. A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) aprovou através da Circular SUSEP nº 424/2011 diversos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão sendo considerados na elaboração das presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Resseguradora no processo de aplicação das políticas contábeis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base para preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Circular SUSEP nº 424/2011.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado pela avaliação a valor justo dos ativos financeiros nas categorias "disponível para a venda", por meio do patrimônio líquido, e "avaliados ao valor justo" por meio do resultado.

3.1.1. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
A Resseguradora avaliou os Pronunciamentos Técnicos do CPC que ainda não estão em vigor e constatou que nenhum deles têm aplicabilidade em seus negócios, são eles:

(a) **CPC 09** - "Demonstração do Valor Adicionado" (DVA) que tem por objetivo estabelecer critérios para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado exigido apenas nas demonstrações financeiras consolidadas;
(b) **CPC 17** - "Contratos de Construção", que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção que se caracterizam por ter suas datas de início e término em períodos contábeis diferentes;
(c) **CPC 29** - "Ativo Biológico e Produto Agrícola", que estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações, pertinentes à avaliação dos estoques dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, como parte do registro das atividades agrícolas.

3.2. Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
A demonstração financeira da Resseguradora é apresentada em Reais (R\$), que também é a moeda funcional de apresentação.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira
As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Resseguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.

3.3. Caixa e equivalente de caixa
Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixas e contas-correntes em bancos.

3.4. Ativos financeiros
3.4.1. Classificação e mensuração
Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial de acordo com a intenção da administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos.

Os ativos financeiros apresentados como "valor justo por meio do resultado" e "disponíveis para venda", são ajustados na data do balanço pelo seu valor justo. Durante o período de divulgação das informações financeiras e contábeis, não existiam ativos financeiros classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado
Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição.

Apenas os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e a contabilização dos ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado.

(b) Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como: uso de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Companhia compreendem os demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponível para venda ou que não são classificados como "Empréstimos e recebíveis", "Mantidos até o vencimento" e como "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos.

(d) Determinação do valor justo dos ativos financeiros
O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. O mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado.

3.4.2. Compensação de ativos financeiros
Ativos e passivos financeiros são substancialmente apresentados de forma segregada no balanço patrimonial da Resseguradora.

3.5. Impairment (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros avaliados ao valor justo
A cada data de balanço a Resseguradora avalia se há evidências de que um determinado ativo classificado nesta categoria está individualmente deteriorado. No caso de investimento em instrumentos de capital (ações) a Resseguradora avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período.

Perdas por *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas em períodos subsequentes.

Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado ao evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(b) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo empréstimos e recebíveis)
Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Resseguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por *impairment*, é efetuado registro no resultado do período.

Os recebíveis originados de contratos de resseguros, como os saldos a receber de seguradoras, são classificados pela Resseguradora nesta categoria e o *impairment* (recuperação) é apurado com base na totalidade dos prêmios vencidos acima de 60 dias e não liquidados, descontadas as comissões de resseguro, de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 424/11, devido a não possuir estudo próprio com base no histórico de perdas incorridas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

(c) Ativos não financeiros
Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados por *impairment* anualmente. Para os demais ativos não financeiros, o teste é realizado se houver indicação de que o ativo possui ter sofrido desvalorização. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável através da venda ou uso. Para a identificação da necessidade de realização do teste de *impairment*, alguns aspectos são analisados pela administração, tais como: diminuição acima do esperado do valor de mercado de um ativo; mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade que tenham ocorrido durante o período em análise; mudanças nas taxas de juros de mercado ou de retorno sobre investimentos; evidência de obsolescência ou de dano físico de um ativo; dentre outros. O teste é feito agrupando-se os ativos nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* em períodos subsequentes são avaliados para a análise de uma possível reversão do *impairment* antes do final do exercício.

3.6. Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos
Nos exercícios de 2011 e 2010 a Resseguradora não registrou nenhuma transação com instrumentos financeiros derivativos.

Adicionalmente, a Resseguradora efetua análise de todos os contratos de serviços, instrumentos financeiros, contratos de seguros e resseguros para avaliação da existência de possíveis derivativos embutidos.

3.7. Avaliação de contratos de retrocasso
Os ativos de retrocasso são representados por valores a receber de resseguradores, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de retrocasso e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios pagos em contratos de retrocasso. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil.

3.8. Ativos intangíveis
A Resseguradora não possui ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

3.9. Ativo imobilizado de uso próprio
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, veículos, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico.

O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data da preparação das demonstrações financeiras.

Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação não diferem, substancialmente, das utilizadas pela legislação fiscal vigente. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil.

3.10. Contratos de arrendamento mercantil (Leasing)
A Resseguradora não possui contratos de arrendamento mercantil nos períodos em análise.

3.11. Contratos de seguro e contrato de investimentos - classificação
A Resseguradora classifica todos seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que estes transferem risco significativo de seguro. A Resseguradora define como regra geral risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento seguro não ocorra. Os contratos de investimentos são aqueles que não transferem riscos significativos de seguro e na data da adoção das CPCs,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(iii) Identificação de eventos - os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos de uma organização devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades. Essas oportunidades são canalizadas para os processos de estabelecimento de estratégias da administração ou de seus objetivos.
(iv) Avaliação de riscos - os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Esses riscos são avaliados quanto a sua condição de inerentes e residuais.
(v) Resposta a risco - a administração escolhe as respostas aos riscos - evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando - desenvolvendo uma série de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite a risco.
(vi) Atividades de controle - políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.
(vii) Informações e comunicações - as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma e no prazo que permitam que cumpram suas responsabilidades. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos níveis da organização.
(viii) Monitoramento - a integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas as modificações necessárias. O monitoramento é realizado através de atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes ou de ambas as formas.

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2011	2010
Recursos em bancos e em caixa	308	76

7. ATIVOS FINANCEIROS

7.1. Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria e vencimento é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro:

	2011			2010		
	Custo mais rendimentos	Valor de mercado	Ajustes com TVM	Custo mais rendimentos	Valor de mercado	Ajustes com TVM
Ativo circulante	18.960	19.071	111	84.385	84.385	-
Títulos disponíveis para venda	18.960	19.071	111	84.385	84.385	-
Títulos públicos IPCA	7.909	8.010	101	-	-	-
Títulos públicos prefixados	264	264	-	-	-	-
Títulos privados de renda fixa	10.396	10.406	10	-	-	-
Títulos públicos pós-fixados	391	391	-	84.385	84.385	-
Ativo realizável a longo prazo	103.021	104.152	1.131	2.869	2.741	(128)
Títulos disponíveis para venda	103.021	104.152	1.131	2.869	2.741	(128)
Títulos públicos IPCA	38.082	39.192	1.110	1.553	1.429	(124)
Títulos públicos prefixados	3.938	3.954	17	1.316	1.312	(4)
Títulos públicos pós-fixados	61.001	61.006	5	-	-	-

Todos os títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontram-se classificados na categoria "Títulos disponíveis para venda".

(a) Composição por prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2011

	Até 6 meses		De 6 a 9 meses		Acima de 12 meses		Total	
Ativo circulante	10.885	8.186	-	-	-	-	19.071	-
Títulos disponíveis para venda	10.885	8.186	-	-	-	-	19.071	-
Títulos públicos IPCA	10.406	-	-	-	-	-	10.406	-
Títulos públicos pós-fixados	-	8.010	-	-	-	-	8.010	-
Títulos públicos prefixados	215	176	-	-	-	-	391	-
Títulos públicos pós-fixados	264	-	-	-	-	-	264	-
Ativo realizável a longo prazo	-	-	-	104.152	104.152	-	104.152	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	104.152	104.152	-	104.152	-
Títulos públicos IPCA	-	-	-	-	39.192	-	39.192	-
Títulos públicos pós-fixados	-	-	-	-	61.006	-	61.006	-
Títulos públicos prefixados	-	-	-	-	3.954	-	3.954	-

(b) Composição por prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2010

	Até 6 meses		Acima de 12 meses		Total	
Ativo circulante	84.385	-	-	-	84.385	-
Títulos disponíveis para venda	84.385	-	-	-	84.385	-
Títulos públicos pós-fixados	84.385	-	-	-	84.385	-
Ativo realizável a longo prazo	-	-	-	2.741	2.741	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	2.741	2.741	-
Títulos públicos IPCA	-	-	-	1.429	1.429	-
Títulos públicos prefixados	-	-	-	1.312	1.312	-

(c) Taxa de juros contratada

As taxas de juros contratadas são apresentadas da seguinte forma em 31 de dezembro:

	2011		2010		
	Taxa de juros contratada - %	Custo mais rendimentos	Perccntual	Custo mais rendimentos	Perccntual
NTN-B	100% SELIC	45.991	37,70	1.553	1,78
NTN-F	100% SELIC	264	0,22	1.316	1,51
LTN	100% SELIC	3.938	3,23	-	-

(d) Movimentação dos títulos e valores mobiliários

A movimentação das aplicações é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro:

	2011		2010				
	de dezembro de 2010	Aplica-ções	Res-gates	Vencimentos e amorti-zações	Rendi-mentos	Ajustes com TVM	31 de dezembro de 2011
Títulos de renda fixa	84.385	38.157	(80.490)	(29.406)	6.314	111	19.071
Circulante	84.385	38.157	(80.490)	(29.406)	6.314	111	19.071

	2011		2010				
	de dezembro de 2009	Aplica-ções	Res-gates	Vencimentos e amorti-zações	Rendi-mentos	Ajustes com TVM	31 de dezembro de 2010
Títulos de renda fixa	84.102	(3.723)	-	4.006	-	-	84.385
Circulante	84.102	(3.723)	-	4.006	-	-	84.385
Títulos de renda fixa	11.718	(9.281)	-	432	(128)	-	2.741
Realizável a longo prazo	11.718	(9.281)	-	432	(128)	-	2.741
Total geral	95.820	(13.004)	-	4.438	(128)	-	87.126

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo, se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de Bolsa, distribuidor, corretor, serviços de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Resseguradora é o preço de concorrência atual.

Estes instrumentos compreendem:

(i) títulos públicos e debêntures classificados na categoria "Disponíveis para venda" com valor de mercado calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2011 e 2010, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA);
(ii) demais títulos, pelo valor de aquisição, devidamente atualizado pela taxa de remuneração.

7.2. Estimativa de valor justo

O CPC 40, equivalente ao IFRS 7, requer a divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

(a) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1).
(b) Classificação quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto (Nível 2).
(c) Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Resseguradora mensurados ao valor justo:

	2011		2010	
	Nível 1	Nível 2	Valor de mercado	Valor de mercado
Disponíveis para a venda				
Públicos - LFT	61.397	-	61.397	84.385
Letras do Tesouro Nacional	3.954	-	3.954	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F	264	-	264	1.312
Certificado de Depósitos Bancários	-	10.406	10.406	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	47.202	-	47.202	1.429
	112.817	10.406	123.223	87.126

8. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS

8.1. Operações com seguradoras - ativo

Patrimonial	2011	2010
Responsabilidades	5.048	681
Transportes	5.359	3.847
Riscos financeiros	28.245	16.429
Pessoas	137	-
	12.713	9.635
	51.502	30.592

	2011		2010				
	de dezembro de 2010	Aplica-ções	Res-gates	Vencimentos e amorti-zações	Rendi-mentos	Ajustes com TVM	31 de dezembro de 2010
A vencer até 30 dias	20.342	4.310	-	-	-	-	24.652
A vencer de 31 a 60 dias	13.811	14.082	-	-	-	-	27.893
A vencer de 61 a 90 dias	15.640	11.965	-	-	-	-	27.605
A vencer	49.793	30.357	-	-	-	-	80.155
Vencidos até 30 dias	-	-	-	-	-	-	-
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	-	-	-	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	-	-	-	-	-
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-	-	-	-	-	-
Vencidos há mais de 120 dias	-	-	-	-	-	-	-
	1.112	-	-	-	-	-	1.112
	1.709	235	-	-	-	-	2.144
	51.502	30.592	-	-	-	-	82.094

8.2. Operações com resseguradoras

A totalidade dos saldos apresentados no ativo circulante no montante de R\$ 5.520 refere-se a sinistros pagos a recuperar em retrocesso.

8.3. Prêmios de resseguro a pagar

A totalidade dos saldos apresentados no montante de R\$ 12.266 (R\$ 8.085 em 2010) representa os prêmios pendentes, compostos por:
• prêmios emitidos e vigentes - R\$ 10.674 (R\$ 7.486 em 2010);
• prêmios referentes a riscos vigentes não emitidos - R\$ 1.592 (R\$ 599 em 2010).
Os prêmios de resseguro a pagar, estão líquidos de comissão de retrocesso.

Patrimonial	2011	2010
Responsabilidades	3.324	567
Transportes	2.985	2.993
Riscos financeiros	2.021	701
Pessoas	139	-
	3.797	3.824
	12.266	8.085

8.4. Percentuais de prêmios ressegurados

Patrimonial	2011	2010
Responsabilidades	65%	56%
Transportes	6%	6%
Riscos financeiros	54%	54%
Pessoas	29%	29%

8.5. Corretores de seguros e resseguros

Comissões sobre prêmios de resseguro	2011	2010
Comissões sobre prêmios - RVNE resseguro	1.603	1.152
	15.947	10.917

9. ATIVOS DE RESEGUROS - PROVISÕES TÉCNICAS

Sinistros pendentes de pagamento	2011	2010
IBNR	3.893	1.429
	11.975	1.707
Prêmio de resseguro diferido	4.174	4.637
	20.042	7.773
Curto prazo	18.672	7.188
Longo prazo	1.370	585

	2011		2010	
	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

—* continuação

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. PRÊMIOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

Os prêmios de resseguros emitidos líquidos de cancelamento, restituições e cessões de prêmios em retrocessão, estão assim compostos:

	2011	2010
Patrimonial	4.044	1.204
Responsabilidades	6.951	2.258
Transportes	78.852	26.760
Riscos financeiros	120	1
Pessoas	37.288	14.810
	<u>127.255</u>	<u>45.033</u>

O saldo total informado contempla o montante dos prêmios emitidos líquidos e das despesas de retrocessão no montante de R\$ 37.284 (R\$ 12.065 em 2010), valores estes informados na Nota Explicativa 22.2.

19. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE RESSEGURO

As despesas de provisões apresentaram a seguinte variação:

	2011	2010
Provisão de prêmios não ganhos	(12.016)	(8.069)
Riscos vigentes e não emitidos	<u>(2.566)</u>	<u>(3.627)</u>
	<u>(14.582)</u>	<u>(11.696)</u>

20. COMPOSIÇÃO PRÊMIOS GANHOS, SINISTROS OCORRIDOS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os principais ramos em que a Resseguradora opera e seus principais indicadores de desempenho são:

	Prêmios ganhos			Sinistros ocorridos			Custo de aquisição		
	2011	2010	2011	Percentual	2010	Percentual	2011	2010	Percentual
Patrimonial	6.359	1.246	964	15	85	7	398	6	38
Responsabilidades	12.459	1.130	2.329	19	791	70	3.865	31	207
Transportes	78.435	24.626	58.998	75	8.747	36	20.424	26	6.595
Riscos financeiros	38	-	29	77	-	-	-	-	-
Pessoas	52.666	18.400	11.499	22	2.450	13	28.997	55	11.063
	<u>149.957</u>	<u>45.402</u>	<u>73.819</u>	<u>49</u>	<u>12.073</u>	<u>27</u>	<u>53.684</u>	<u>36</u>	<u>17.903</u>

21. CUSTO DE AQUISIÇÃO

	2011	2010
Comissão sobre prêmio emitido	(55.900)	(21.295)
Variação das despesas de comercialização	2.216	3.392
	<u>(53.684)</u>	<u>(17.903)</u>

22. RESULTADO COM RETROCESSÃO

22.1. Receita com retrocessão

	2011	2010
Indenização	7.984	1.429
Variação de sinistro	2.468	1.707
	<u>10.452</u>	<u>3.136</u>

22.2. Despesa com retrocessão

	2011	2010
Prêmio	(37.284)	(12.065)
Variação da despesa	7.337	4.638
	<u>(29.947)</u>	<u>(7.427)</u>

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Despesas com administração/pessoal	(2.141)	(735)
Despesas com serviços técnicos de terceiros	(447)	(299)
Despesas com localização e funcionamento	(452)	(257)
Despesas com publicidade e propaganda	(137)	(47)
Donativos e contribuições	(63)	(10)
Outras despesas	(953)	(100)
	<u>(4.193)</u>	<u>(1.448)</u>

24. DESPESAS COM TRIBUTOS

	2011	2010
PIS	(760)	(266)
COFINS	(4.451)	(1.578)
Taxa de fiscalização	(776)	(687)
CIDE/ISS sobre operação cambial	(230)	(37)
	<u>(6.217)</u>	<u>(2.568)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	2011	2010
Títulos de renda fixa	10.691	5.061
Com operações de seguros	125	(116)
	<u>10.816</u>	<u>4.945</u>

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

- (a) O ativo imobilizado está segurado em níveis considerados adequados pela administração.
 (b) A Resseguradora não possui benefícios pós emprego para empregados.

DIRETORIA

Farid Eid Filho

Daniel Alberto Gonzalez

Mairton Machado de Souza

Cristiane Aparecida da Silva
Contador - CRC SP-280773/O-3

Ricardo César Pessoa
Atuário - MIBA 1076

PARECER ATUARIAL

De acordo com o disposto na **Resolução CNSP Nº 135**, de 11/10/2005, e na **Circular SUSEP Nº 272**, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial de cada um dos grupos de resseguro operacionalizados pela **ACE RESSEGUARADORA S.A.**, no exercício de 2011.

A Avaliação Atuarial foi elaborada a partir dos efetivos períodos de competência dos riscos assumidos pelos contratos de resseguros em vigor em 30/09/2011, 31/10/2011, 30/11/2011 e 31/12/2011, recalculando, para cada grupo, as correspondentes provisões técnicas contabilizadas nestas datas-base.

O recálculo das provisões técnicas determina a totalidade dos compromissos financeiros que a Resseguradora terá com o pagamento dos sinistros já ocorridos e que ainda vão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de resseguro em vigor em 30/09/2011, 31/10/2011, 30/11/2011 e 31/12/2011, independente da emissão de novos prêmios.

Os resultados encontrados demonstram que as provisões técnicas consignadas no Balanço Patrimonial de 31/12/2011 da **ACE RESSEGUARADORA S.A.** estão adequadas, não havendo necessidade de constituição da Provisão de Riscos em Curso e de ajustes de valores, bem como não foi detectada nenhuma situação relevante que comprometa a solvência atuarial da Resseguradora.
 Por fim, em relação ao Estudo Atuarial de data-base 31/12/2011 do Teste de Adequação de Passivos da **ACE RESSEGUARADORA S.A.**, concluiu-se que o seu passivo por contrato de resseguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das Provisões constituídas, deduzidas das Despesas de Comercialização Diferidas e dos Ativos Intangíveis Relacionados, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos Fluxos de Caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela **Circular SUSEP Nº 410/2010**.

São Paulo, 23 de janeiro de 2012

Ricardo César Pessoa
Atuário Responsável Técnico - MIBA 1076

Bruna Takata
Atuária - MIBA 1670

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.
CNPJ 57.125.353/0001-35
CIBA - 33

Mairton Machado de Souza
Diretor Responsável Técnico
ACE RESSEGUARADORA S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
ACE Resseguradora S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **ACE Resseguradora S.A.** ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos

valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Resseguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ACE Resseguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 16.5, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Resseguradora em 31 de dezembro de 2011 apresentou-se inferior ao valor exigido pela norma de capital mínimo requerido, instituída pela Resolução CNSP nº 227/2010 no montante de R\$ 5.310 mil. Em relação ao modelo interno estabelecido pela Resolução CNSP nº 158/2006 alterada pela Circular SUSEP nº 411/2010, a Resseguradora está implementando as ações necessárias para o restabelecimento dos índices adequados de capital regulatório e tem a expectativa de aportar recursos financeiros até o final do exercício de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-8 "S" SP